

TRÊS ANOS DO 8/1

“Era a nossa cidade que estava sendo atacada”

Presidente do PT/DF, Guilherme Sigmaringa enfatiza o sentimento dos moradores da capital federal ante a ofensiva levada a cabo por extremistas bolsonaristas

» RAFAELA BOMFIM*



Guilherme Sigmaringa: “Não se trata de celebrar, mas de lembrar, para que nunca mais aconteça”



Essa não é uma pauta de um campo político específico, é uma agenda de quem defende a Constituição e a ordem democrática”

Guilherme Sigmaringa,
presidente do PT no
Distrito Federal

» Segurança reforçada na Esplanada

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) montou um esquema especial de proteção para esta quinta-feira, dia de manifestações pelos três anos do 8 de Janeiro, especialmente na área da Praça dos Três Poderes. A medida também foi tomada por outros órgãos do Sistema de Segurança Pública, para ampliar o monitoramento e o compartilhamento de informações, reduzir o tempo de resposta e potencializar ações preventivas. Na Praça dos Três Poderes, a Polícia Militar instalou estrutura de comando e controle e reforçou o efetivo de policiamento ostensivo, mantendo tropas especializadas em prontidão. Também haverá intervenções nas vias de acesso, e eventuais desvios ou bloqueios estarão condicionados à avaliação de necessidade e risco. Todos os participantes passarão por credenciamento antes de acessar o local do evento, com abordagens e revista de mochilas. O isolamento da Esplanada, sob responsabilidade da PMDF, se dará a partir de 0h desta quinta-feira e irá até o término do evento.

de um campo político específico, é uma agenda de quem defende a Constituição e a ordem democrática” declarou.

Na entrevista, Sigmaringa mencionou, ainda, o julgamento e a condenação dos envolvidos na tentativa de ruptura institucional e criticou iniciativas que buscam anistiar os responsáveis. Segundo ele, o ato desta quinta-feira também será um espaço para reafirmar a

democracia, não existe debate político, não existe divergência legítima”, lembrou.

Na entrevista, Sigmaringa mencionou, ainda, o julgamento e a condenação dos envolvidos na tentativa de ruptura institucional e criticou iniciativas que buscam anistiar os responsáveis. Segundo ele, o ato desta quinta-feira também será um espaço para reafirmar a

democracia, não existe debate político, não existe divergência legítima”, lembrou.

Ao final, o presidente do PT/DF destacou que marcar a data é uma forma de fortalecer a vigilância democrática. “Não se trata de celebrar, mas de lembrar, para que nunca mais aconteça”, concluiu.

De acordo com o presidente do PT/DF, o ato previsto para hoje terá caráter suprapartidário e reunirá representantes de diferentes forças políticas comprometidas com a democracia.

Sigmaringa afirmou que todos os chefes de Poder e lideranças institucionais foram convidados para o encontro. “Essa não é uma pauta

de um campo político específico, é uma agenda de quem defende a Constituição e a ordem democrática” declarou.

Ele também comentou o contexto político atual, marcado por tensões entre instituições e pelo início do período pré-eleitoral. Para Sigmaringa, as disputas políticas não devem se sobrepor à defesa do regime democrático. “Sem

democracia, não existe debate político, não existe divergência legítima”, lembrou.

Na entrevista, Sigmaringa mencionou, ainda, o julgamento e a condenação dos envolvidos na tentativa de ruptura institucional e criticou iniciativas que buscam anistiar os responsáveis. Segundo ele, o ato desta quinta-feira também será um espaço para reafirmar a

democracia, não existe debate político, não existe divergência legítima”, lembrou.

Ao final, o presidente do PT/DF destacou que marcar a data é uma forma de fortalecer a vigilância democrática. “Não se trata de celebrar, mas de lembrar, para que nunca mais aconteça”, concluiu.

Ofensiva “não terminou lá atrás”



» LETÍCIA CORRÉA*

Ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e membro benemerito do Instituto dos Advogados Brasileiros, José Geraldo de Sousa Júnior afirmou que a essência dos atos antidemocráticos do 8 de Janeiro continua presente na política brasileira.

“O 8 de Janeiro não terminou lá atrás, ele continua internamente, e esses processos se tornam a agenda da política local. Basta ver as manifestações, os usos narrativos, a disputa de fake news, pedindo que sequestram o presidente Lula, pedindo que intervenham no Brasil. Tudo isso no sentido de articular todos esses eventos para construir uma demanda que vá desaguar nas eleições que se aproximam”, argumentou, em entrevista aos jornalistas Sibele Negromonte e Roberto Fonseca, no programa CB.Poder — parceira entre o Correio e a TV Brasília.

Na avaliação de Sousa Júnior, o episódio surgiu de uma democracia fragilizada pela disputa interna, acirrada e colonizada da política brasileira. De acordo com ele, em espaços que vivem o contexto do Brasil, “de uma elite que rouba o povo com emendas e com números orçamentários altos”, os assaltos ao poder são comuns. “O 8 de Janeiro foi mais uma tentativa de assalto ao poder.”

Segundo ele, é um golpe continuado. “Vem na sequência de 64, 68, 78, 85. Ali, ainda foi o estertor quando o colégio eleitoral pediu a mediação e tivemos toda a tensão dessa mediação pela Constituinte, pela anistia, pela memória e pela verdade. O 8 de Janeiro é o rescaldo do que se chamou de um golpe”, acrescentou.

Continua internamente (o 8/1), e esses processos se tornam a agenda da política. Basta ver as manifestações, os usos narrativos, a disputa de fake news, pedindo que sequestram o presidente Lula, pedindo que intervenham no Brasil”

José Geraldo de Sousa Júnior,
ex-reitor da UnB

Venezuela

Sousa Júnior também comentou sobre a ofensiva dos Estados Unidos na Venezuela. O ex-reitor frisou que não há limites para o presidente norte-americano, Donald Trump, e que o mundo corre risco com o republicano.

Ele disse que o ato de Trump foi “unilateral, de força prepotente”, que coloca o direito e as organizações internacionais em xeque. Além disso, ele ressaltou que, apesar de “temerária”, uma anexação da Groenlândia, ilha autônoma administrada pela Dinamarca, em um território estadunidense é possível e

representa a falta de limites do presidente americano.

“Há uma condenação geral a esse ato. Não significa uma ideologização das posições, há ressalvas, mas há uma preocupação de que não sejam só os organismos mediadores dos direitos internacionais — vamos dizer assim —, mas da política como condição civilizatória da permanência e da capacidade de os países cooperarem, construir um programa civilizatório”, afirmou. “Não há limites para uma personalidade de que não parece medir consequências.”

O ex-reitor da UnB destacou, ainda, que o Brasil corre risco

“real e iminente” de possíveis intervenções dos Estados Unidos.

Conforme destacou, o território brasileiro foi o primeiro país a receber tentativas de imposições norte-americanas na América Latina, com o tarifaço.

“O risco é real e iminente. O Brasil, aliás, foi o primeiro, porque a invasão aqui não foi sobre a frota, mas foi sobre o tarifaço. Foi uma maneira de estrangular economicamente o país para que ele se confinasse. É o modelo de alinhamento que está por trás do discurso prepotente. Ele disse esses dias: ‘O Hemisfério é nosso’, referindo-se ao Sul Global.”

Estagiárias sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br

kleber Sales



Com saúde debilitada, Bolsonaro preso alavanca candidatura de Flávio

O dia 6 de setembro de 2018 ainda nem havia terminado quando, da porta da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (MG), um dos filhos de Jair Bolsonaro profetizou: “Vocês acabaram de eleger o presidente!”. A frase de Flávio Bolsonaro reagia à facada sofrida pelo pai horas antes, durante ato de campanha. Aquela altura, Bolsonaro liderava as pesquisas, mas acumulava alta rejeição. Carregado por apoiadores no centro da cidade, foi atingido pelo servo de pedreiro Adelio Bispo de Oliveira. Após o golpe, levou as mãos ao peito, gemia de dor e foi deitado na entrada de uma lanchonete próxima.

O atentado alterou o curso da campanha. Enquanto Bolsonaro era submetido a cirurgia de emergência, adversários suspendem eventos e interromperam ataques, sobretudo a campanha de Geraldo Alckmin. A orientação dos marqueteiros era clara: não se podia atacar um candidato que lutava pela vida. A empatia gerada humanizou Bolsonaro, reduziu o espaço crítico e impulsionou sua presença nas redes sociais e nos motores de busca da internet, ambiente no qual sua candidatura se estruturava. A facada não explica tudo, mas catalisou de forma decisiva sua vitória. O resto da história é conhecido.

Ontem, sete anos depois, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chegou ao Hospital DF Star, em Brasília, às 11h25 da manhã, onde passou a receber atendimento médico e foi submetido a novos exames. Ele deixou o local por volta das 17h e voltou para a sede da Polícia Federal (PF). A ida à unidade de saúde foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após a queda sofrida na cela da PF.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou que o ex-presidente caiu e bateu a cabeça em um móvel no quarto onde está preso na Superintendência da PF. Segundo a publicação no Instagram, Bolsonaro teve uma crise durante a noite, mas só foi atendido pela manhã. “Como o quarto permanece fechado, ele só recebeu atendimento quando foram chamá-lo para minha visita”, declarou. Dias antes, Bolsonaro havia recebido alta hospitalar após cirurgia para correção de hérnia inguinal bilateral e outra intervenção para conter crises persistentes de soluço. A defesa voltou a pedir prisão domiciliar, negada pelo STF, sob o argumento de que não houve agravamento clínico e que o tratamento pode ser realizado nas dependências da PF.

O cardiologista Brasil Caiado afirmou que a hipótese de convulsão foi descartada. Segundo ele, Bolsonaro tentou caminhar, perdeu o equilíbrio e caiu. Os exames apontaram traumatismo craniano leve, sem lesões intracranianas. O médico relatou episódios de tontura, desequilíbrio e lapsos momentâneos de memória, mas considerou o quadro não preocupante, embora tenha destacado possíveis interações medicamentosas. Não há dúvidas de que Bolsonaro apresenta saúde frágil, consequência direta das sequelas da facada de 2018.

Transferência de votos

Desde a frustrada tentativa de fuga, quando violou as condições da tornozeleira eletrônica, o ex-presidente ocupa o noticiário quase diariamente, impulsionado por declarações da ex-primeira-dama e dos filhos, especialmente Carlos e Flávio. Cada ida ao hospital e retorno à Polícia Federal reforça a narrativa de vitimização. O principal beneficiário político desse processo é Flávio.

Inelegível e cumprindo pena, Jair Bolsonaro lançou o filho como seu avatar eleitoral. Nas pesquisas mais recentes, Lula lidera os cenários de primeiro e segundo turnos da eleição de 2026, mas também concentra elevada rejeição, ao lado de Bolsonaro. No cenário estimulado, sem o ex-presidente, e com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), fora da disputa, Lula aparece com 41% das intenções de voto, contra 18% de Flávio, no DataFolha de 6 de dezembro. Na sequência, surgiu Ratinho Junior (12%), Ronaldo Caiado (7%) e Romeu Zema (6%). Brancos e nulos somam 13%, e 3% não opinaram.

As próximas pesquisas deverão medir o impacto político das sucessivas internações do ex-presidente sobre o desempenho eleitoral de Flávio Bolsonaro. Familiares, médicos e advogados insistem na conversão da pena em prisão domiciliar, alegando o estado de saúde debilitado. Caso isso não ocorra, a vitimização pode atingir novo patamar — com efeitos políticos imprevisíveis, mas potencialmente decisivos. O fator imponderável é extremo: a possibilidade de Bolsonaro morrer na prisão, como adverte Michelle e filhos do ex-chefe do Executivo.

Involuntariamente, Moraes, responsável pela execução da pena, ou seja, a prisão em regime fechado do ex-presidente, como, aliás, manda a sentença da Primeira Tuna da Corte, está sendo um cabo eleitoral de Flávio Bolsonaro, ao alimentar o noticiário sobre a saúde do presidente, ao manter a prisão em regime fechado, a sua vitimização. Bolsonaro deve terminar de cumprir a condenação a 27 anos e três meses de prisão pela trama golpista em novembro de 2052. Somente terá direito a passar para o semiaberto em 23 de abril de 2033 e de cumprir livramente condicional a partir de 13 de março de 2037. Os prazos para progressão de regime poderão ser reduzidos em função de outros descontos previstos pela legislação, como leitura de livros e realização de cursos na prisão.